

Migrações internas no Brasil no século XXI: entre o local e o global

Avance de investigación en curso

Estructura social, Dinâmica Demográfica y Migraciones

Rosana Baeninger

Professora Associada no Departamento de Demografia e pesquisadora no Núcleo de Estudos de População- NEPO/UNICAMP

Resumo

Ao entrarmos no século 21, o cenário para o entendimento das migrações internas se amplia; além do contexto nacional é preciso incorporar as transformações advindas da nova ordem internacional na divisão social do trabalho no mundo (Harvey, 1992; Sassen 1988). Tornam-se, por vezes, limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica da economia brasileira. A inserção periférica de espaços nacionais passa a incluir dinâmicas locais ao sistema-mundo (Wallestein, 1974); a penetração e expansão do capitalismo expressa novos arranjos das migrações internas que respondem a uma lógica externa redesenhada pela divisão internacional e territorial do trabalho. Este estudo procura incorporar às explicações dos processos migratórios um olhar para fora das fronteiras nacionais.

Palavras-chaves: migração interna, urbanização, Brasil

Migrações internas no Brasil no século XXI: entre o local e o global¹

Introdução

Ao se considerar os grandes tipos migratórios rurais-urbanos (de 1930-1970) e urbanos-urbanos (anos 1980 e 1990) vinculados aos processos de industrialização nacional, o que ocorrerá com as migrações internas no contexto da reestruturação produtiva transnacional, com as alterações nos setores da produção brasileira?

Os anos 2000 denunciam que a mobilidade espacial da população no território nacional insere-se num contexto mais amplo de transformações da sociedade global em seu conjunto. Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos serão as heranças para as diferentes manifestações, explicações e interpretações das migrações internas no Brasil no século 21.

A reconstrução histórica das migrações internas no Brasil e seus aportes teóricos estiveram até o final do século 20 alicerçado nos processos internos vinculados à dinâmica econômica e penetração do capitalismo em âmbito nacional; as migrações rurais-urbanas, a industrialização, a desconcentração econômica, a reestruturação produtiva, o processo de urbanização. Todos esses fenômenos compuseram e podem explicar os processos migratórios até o final dos anos 1990. A inserção do Brasil no cenário da economia internacional, com destaque para os anos 2000, aponta especificidades nas complementaridades regionais via migração no país; entendo que os movimentos migratórios internos refletem também a nova ordem econômica internacional.

¹ Trabalho apresentado no XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología. ALAS Chile, em Santiago de Chile, de 29 de setembro a 4 de outubro de 2013. Este estudo compõe o Projeto temático Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO-UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Ao entrarmos no século 21, o cenário para o entendimento das migrações internas se amplia; além do contexto nacional é preciso incorporar as transformações advindas da nova ordem internacional na divisão social do trabalho no mundo (Harvey, 1992; Sassen 1988). Tornam-se, por vezes, limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica da economia brasileira. A inserção periférica de espaços nacionais na âmbito da atual globalização passa a incluir dinâmicas locais ao sistema-mundo (Wallestein, 1974); a penetração e expansão do capitalismo expressa novos arranjos das migrações internas que respondem a uma lógica externa redesenhada pela divisão internacional e territorial do trabalho.

É nesse contexto, que este estudo procura incorporar às explicações dos processos migratórios nos anos 2000 um olhar para fora das fronteiras nacionais; a defasagem entre as dinâmicas econômica e migratória que se redesenhou a partir dos anos 1990 reflete os processos de reestruturação econômica em uma nova sociedade global. A dinâmica econômica do local/nacional se estabelece como o pano-de-fundo das migrações, mas não como a única determinante – diferentemente de quando estávamos em busca do tipo/etapa; emergem indícios de formas sociais globais nos processos migratórios, onde a rotatividade migratória (Baeninger, 2008) permite captar a fluidez da força de trabalho.

No olhar das análises desse estudo, as configurações atuais das migrações internas no Brasil explicita o enfraquecimento das forças centrípetas como absorvedoras de contingentes migrantes que acomodaram a redistribuição das migrações no país por quase um século. Os processos transnacionais da economia habitam de modo simultâneo os espaços nacionais (Sassen, 2010), trazendo desafios para a interpretação dos movimentos migratórios em diferentes escalas (Brandão, 2007; Vainer, 2002) e para suas metodologias de análise.

A nova divisão internacional do trabalho oferece o eixo da reestruturação econômica, com articulações em nível internacional, nacional e local, o que requer o surgimento de novas espacialidades e o redesenho de fenômenos sociais que historicamente foram construídos no âmbito nacional (Sassen, 2010). O sistema de cidades em nível nacional e suas conexões com a uma hierarquia urbana internacional traz reflexos para a escala nacional no que se referente às migrações internacionais como aponta Sassen (1988); o que procuro acrescentar é que - em se considerando os diferentes níveis escalares – parte das migrações internas no Brasil se vinculam às transformações em âmbito global.

É importante reter aqui para as análises das migrações internas no século 21 no Brasil, que são a partir desses lugares inseridos na lógica da produção global que se desencadeia a nova configuração migratória nacional: alta rotatividade, oscilação entre as condições da migração (retenção, perda e rotatividade migratória) e a utilização dos espaços como recurso para outros deslocamentos populacionais.

Enfatizo que a diversidade crescente de situações migratórias dentro do processo de reestruturação urbana tem diferentes interpretações em função das articulações escalares. As mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva alteraram significativamente a relação das cidades na economia internacional (Sassen, 1990) e, portanto, a necessidade/demanda por força-de-trabalho para essa etapa da dinâmica econômica dependerá da ligação dos espaços da produção na economia globalizada. Considero que esse novo contexto social incide fortemente nos contingentes migrantes da metrópole de São Paulo, com intensas idas-e-vindas sem a capacidade de absorção dessa população; no século 21 essa mobilidade da força-de-trabalho interna – via histórica migração Nordeste-Sudeste – corresponde também à mobilidade do capital em nível global.

Espaços da migração e espaços do capital

Os efeitos sociais da reestruturação produtiva alcançam cada vez mais espaços nacionais. À medida em que diferentes espaços e suas produções locais passam a responder à uma demanda

internacional, indicando seus mecanismos de desencaixe (Giddens, 1992), os movimentos migratórios mudarão suas interpretações nos diferentes níveis escalares. Por exemplo, a migração de mão-de-obra qualificada tenderá ser absorvida pelos centros de excelência em ciência e tecnologia e nos grandes centros industriais-financeiros, em especial o “trabalhador do conhecimento” (Castells, 1999), ao mesmo tempo, em que se processará a continuidade das entradas e saídas de fluxos migratórios de menor qualificação que possivelmente terão menor permanência em destinos voltados para uma economia global, com a confluência da entrada de imigrantes estrangeiros nesses mesmos espaços (Baeninger, 2011). Meu argumento aqui é o de que à medida que as localidades se inserem na lógica global, as migrações tenderão a ser mais “fluidas”, correspondendo à mesma velocidade da mobilidade do capital na contemporaneidade, com a consequente redefinição no papel da migração no desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho no país.

Destaca-se que no processo de reestruturação produtiva as metrópoles, nas diferentes abordagens, são contempladas como as ‘regiões ganhadoras’ (Benko e Lipietz, 1994) dos fluxos de capitais no âmbito da economia global. Contudo, do ponto de vista das migrações internas no Brasil tratam-se dos espaços que vem sendo marcado como regiões perdedoras de população, em particular São Paulo. De fato, é essa concentração territorial hegemônica que se volta para o mundo globalizado, contudo permanece o papel redesenhado dessas localidades no contexto nacional. Este é o palco dos grandes fluxos migratórios nacionais no Brasil: as regiões metropolitanas, que (re)configuram seus processos migratórios justamente pela articulação que passam a estabelecer em outra escala, a escala global.

De fato, a dinâmica interna das cidades e regiões constitui elemento fundamental para a configuração das migrações, onde a dimensão territorial do processo de reestruturação produtiva é marcado pelas migrações interestaduais de longa distância, sendo as migrações intra-regionais, intrametropolitanas e intra-estaduais expressões locais dos processos sociais que podem ter elementos do global (Sassen, 2010).

Assim, o tema das migrações internas no Brasil adquire importância crescente nos estudos de população no século 21. De um lado, as migrações de longa distância redesenham seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas. Analiso, portanto, que o deslançar dos processos migratórios recentes tem suas raízes de transformações desde os anos 1980, quando as clássicas interpretações da migração ancorada somente no desempenho econômico das áreas alcançaram seus limites. Os processos migratórios nacionais, imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano nacionais e globais, imprimem espaços da migração marcados por diferentes “condição migratória”: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória.

Os anos 2000 indicam a necessidade de revisão da relação migração-industrialização, migração-desconcentração industrial, migração-emprego no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva. Na minha interpretação, embora se deslocando da clássica relação entre dinâmica econômica e migração, é essa nova configuração produtiva em âmbito nacional e internacional que constitui o pano-de-fundo do dinamismo atual das migrações internas no Brasil. Nesses espaços os fluxos mais volumosos e de longo distância são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas. Nesse sentido, as migrações assumem um caráter mais reversível (Domenach e Picouet, 1990) em comparação com décadas anteriores, nas quais as explicações da migração estavam pautadas na capacidade de atração do destino migratório, mesmo que em uma leitura histórico-estrutural (Singer, 1973). O fenômeno da reversibilidade das migrações internas diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou exibindo decréscimos em seus volumes: passou de 5,2 milhões, entre 1995-2000, para 4,6 milhões, entre 1999-2004, e de 4,4 milhões, de 2001-2006, para 3,2 milhões entre 2004-2009. Esse decréscimo, contudo,

não implica em uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais

O entendimento das migrações internas atuais, a partir desse novo olhar para os processos migratórios, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como: a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória; c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Duas dimensões estão particularmente presentes na re-definição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade (Domenach e Picouet, 1990) dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

O caso de Estado de São Paulo é indicativo de tais alterações. Considerado o pólo nacional das migrações no Brasil por mais de 50 anos caracteriza-se por distintas “condições migratórias”. Nas principais trocas migratórias ocorridas entre 2004-2009, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para os estados da região Sul e Centro-Oeste - com destaque para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso – e também para o Estado do Amazonas. Com os estados do Pará (na Região Norte) e Rio de Janeiro (na Região Sudeste) constitui área de retenção da migração. Já com os restantes 20 estados brasileiros caracteriza-se como área de rotatividade migratória.

Como se poderia visualizar essa configuração migratória para São Paulo dez anos atrás? Como mantermos a hipótese de que esta tendência atual de rotatividade migratória permanecerá? A passagem de uma “condição migratória” de retenção, perda ou rotatividade migratória para as áreas requer o entendimento da complexidade que o fenômeno migratório assumiu no século 21, tanto pela generalização do processo de urbanização, quanto pelas modalidades migratórias advindas de deslocamentos de curta distância.

Nesse contexto de redefinição de áreas de retenção e perdas migratórias, redesenha-se a mobilidade espacial da população no Brasil, com processos migratórios que resultam na expansão dos espaços de rotatividade migratória. A tendência de perda migratória do Sudeste, evidenciada já entre 1999-2004 (Cunha, 2006; Hakkert e Martine, 2006; Brito e Carvalho, 2006), revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementaridade migratória - historicamente existente entre Nordeste-Sudeste – se redefine num cenário de rotatividade migratória. Não se trata apenas das “duplas migratórias”, como define Wendin (2001) para as migrações internacionais, herdadas do desenvolvimento do capitalismo no país.

Pode-se caracterizar os espaços da migração no Brasil na última década da seguinte maneira:

- i) área de retenção migratória nacional e regional, ou seja, o novo pólo das migrações, o Estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste e área de expansão da fronteira agropecuária
- ii) áreas de retenção migratória regional, estados do Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Pará (Região Norte), Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul);
- iii) área de rotatividade migratória nacional: São Paulo e Rio de Janeiro, em especial suas metrópoles

É nesse sentido, que se pode observar nas migrações internas do Brasil, na primeira década do século 21, uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará (áreas dos commodities exportáveis, fronteira mineral e agropecuária), caracterizada pelas maiores áreas de retenção migratória. Já o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade

migratória; reconfiguram-se espacialidades migratórias em âmbito sub-regional, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Essas espacialidades sub-regionais também são observadas na Região Sul, com o Estado de Santa Catarina. Já no Norte/Nordeste do país, as novas áreas de expansão da fronteira agrícola, ganham importância na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima.

O cenário migratório do século 21 no Brasil apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana”, que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais que partem do Sudeste em direção ao Nordeste. De maneira complementar, no âmbito intra-estadual, esta tendência se evidencia com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Nesse sentido, o segundo vetor refere-se a “interiorização migratória”, com trajetórias migratórias de mais curtas distâncias, envolvendo aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas. A reversibilidade dos processos migratórios adquire significado distinto quando se contempla dinâmicas urbano-regionais específicas.

Esses dois vetores, a meu ver, expressam relações diferenciadas no entendimento das migrações internas no Brasil e seus níveis de escalonamento na inserção da economia global. No vetor da dispersão migratória – notadamente marcado pelos maiores volumes de imigrantes/emigrantes e pela alta rotatividade entre o Nordeste-Sudeste – a penetração da economia global é catalisadora da intensa mobilidade, constituindo uma força de trabalho móvel; assim, como o é para as migrações internacionais (Sassen, 1988; Massey, 1998). As características dessa economia global se manifestam nas grandes concentrações urbanas – para Sassen (1988) nas cidades globais na escala nacional que é articulada com a dinâmica e circuitos do global: diferentes fluxos de capital, as cadeias produtivas, a dispersão geográfica da produção industrial, os mercados financeiros (Sassen, 2010) e da estrutura política da economia global (Massey, 1998). “As conexões criadas pela internacionalização econômica vão desde *offshoring* da produção e o estabelecimento de uma agricultura orientada para exportação por meio de investimentos estrangeiros [...] o desenvolvimento da agricultura comercial e da manufatura padronizada orientada para a exportação deslocou economias tradicionais [...] contribuiu para a mobilização de pequenos produtores e produtos artesanais deslocados no sentido de migrações laborais, que inicialmente podem ser internas, mas que se tornam internacionais” (Sassen, 2010 p. 122).

Já o vetor da interiorização das migrações é a expressão da escala local (mesmo com vínculos com o global) e seus nexos com os processos que se operam concretamente naquele território, inclusive com um forte componente positivo da relação migração/emprego; é o lugar da diversificação das modalidades migratórias e dos deslocamentos de população em suas espacialidades. De fato, enquanto as migrações urbana-urbana no Brasil, no período 1995-2000, correspondeu a 75% do total das migrações interestaduais, no âmbito intra-estadual ela corresponde a 67%, com importantes participações dos fluxos rurais-urbanos e rurais-rurais dependendo dos estados em que se processas.

Rotatividade migratória ou circulação?

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. O entendimento do fenômeno como processo histórico-social, como já indicava Singer (1973), constitui a raiz do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais. As localidades de partida e chegada, contudo, não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino conforme pensadas para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas (Lee, 1960, Singer, 1973). O expressivo retorno migratório revela configurações

da migração e de trajetórias urbanas-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico.

Poder-se-ia, então, recorrer ao conceito de circulação para as análises dos processos migratórios atuais?

Zelinsk (1971) define circulação como uma etapa de transição para movimentos migratórios permanentes, diferenciando circulação de migração, uma vez que a primeira não implica em mudança de residência e com restrita temporalidade. Está baseada na constituição de um excedente populacional na origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino. Ainda na perspectiva das migrações rurais-urbanas, a circulação traduziria a complementaridade dos deslocamentos de população; tais conceitos partem de uma sociedade em transição para o mundo urbano, onde as mudanças na estrutura agrária geram também um contingente de força de trabalho móvel (Spaan, 1999). A circulação, em sua formulação clássica, traduz a força de trabalho disponível em meio às transformações geradas pelo urbano e pela industrialização. Considero, contudo, que este conceito de circularidade, na etapa atual da sociedade urbanizada encontra limites para contemplar a complexidade do fenômeno migratório, uma vez que se baseia em áreas de origem menos dinâmicas para áreas de destino com dinâmicas produtivas e capacidade em emprego, mesmo que temporários ou sazonais. Proponho utilizar o conceito de rotatividade migratória para o entendimento das migrações urbanas (Baeninger, 2011).

Como primeiro pressuposto, considero que a rotatividade migratória refere-se a um fenômeno migratório eminentemente urbano e que - também no âmbito das migrações internas - constitui um fato social total (Sayad, 1990). Ou seja, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada; Sayad (1999) se refere ao conceito de *double absence* para o entendimento das migrações internacionais nessa perspectiva.

Incluo como segunda premissa do conceito de rotatividade migratória que este se vincula à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, esse é um excedente populacional urbano gerado tanto na área de origem como na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional. A rotatividade da mão de obra nos processos migratórios - via migrações - contribuirá para atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida. Quanto mais as regiões vão se inserindo seus segmentos na economia internacional, mais propensas se tornam essas áreas para experimentarem a rotatividade de suas populações, com a fluidez da mão-de-obra nos setores dessa produção. Oscilará tanto na origem quanto no destino; haverá mão-de-obra excedente vinculada a este processo global de reestruturação da produção e de circulação de capital. Sassen (2010 p. 100) aponta que “a globalização econômica, desse modo, deve ser entendida em suas diversas localizações e não apenas em termos dos processos amplos, abrangentes e de nível macro que dominam a noção vigente. Além disso, devemos enxergar que certas localizações geralmente não são codificadas como parte da economia global. [...] Essas cidades estão assistindo a uma expansão dos empregos mal-remunerados que não se encaixam nas imagens superiores da globalização, mas fazem parte dela”.

É nessa maneira de entender as causas das migrações que conseguiremos avançar na importância que as migrações internas - nos dois vetores redistributivos nacionais - detêm em parte como expressão do global; estudos já têm avançado no caso da migração internacional, como já demonstram os estudos de Sassen (1993) e Harvey (1992), dentre outros.

No caso do Nordeste é revelador a inserção de segmentos econômicos na competitividade global. Destaca-se que no segmento de petróleo e gás “a participação da Petrobrás é destacadamente importante na região [...] sua demanda por serviços técnicos [...] vem impactando a oferta de CT&I e a qualificação de competências profissionais na região” (CGEE, 2011:79). É nesse contexto, portanto,

que se pode apreender um fluxo migratório expressivo de doutores que saem do Sudeste em direção Nordeste em anos recentes (Baeninger, 2010 apud CGEE, 2010).

A releitura do conceito de força de trabalho móvel pode ser contemplada como uma dimensão das migrações internas urbanas da atualidade no âmbito do conceito de rotatividade migratória. No contexto atual da reestruturação da economia em nível internacional e seus rebatimentos em âmbitos locais (Harvey, 1992) a força de trabalho móvel urbana tende a crescer, em especial em uma economia baseada nos serviços (Sassen, 2010) com a fluidez também dos movimentos migratórios no atual processo de urbanização no Brasil.

Os saldos migratórios para a Região Metropolitana de São Paulo para o período 2000-2010 possibilitam visualizar a dificuldade das informações apreenderem a dinâmica do fenômeno migratório na atualidade, podendo gerar interpretações de uma menor importância desses processos na constituição atual da sociedade brasileira. Se mantivermos apenas o olhar para o destino migratório, como nos anos 1970, poderíamos dizer que o século 21 traria o esvaziamento da migração na maior metrópole brasileira, pois o saldo migratório da RMSP que já era baixa entre 1991-2000, de 24.399 pessoas, passou a ser negativo no período 2000-2010 (-29.968); para o Estado de São Paulo esses saldos foram de 147.443 para 47.265 de uma para outra década (FSEADE, 2011) e para a cidade de São Paulo, mantendo suas perdas migratórias, de -50 mil para -32 mil (Tabela 1).

Tabela 1
Saldos Migratórios
Estado de São Paulo, RMSP e Município de São Paulo
1991-2000 e 2000-2010

Áreas	População		Taxas de Crescimento População (% ao ano)		Saldos Migratórios	
	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
Estado de São Paulo	36.974.378	41.213.683	1,82	1,09	147.443	47.265
RMSP	17.852.637	19.667.558	1,68	0,97	24.399	-29.968
Município de São Paulo	10.426.384	11.245.983	0,91	0,76	-50.824	-32.132

Fonte: FSEADE (2011).

O conceito de rotatividade migratória pressupõe ainda a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (Villa e Rodriguez, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (Courgeau, 1988), com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas, incluindo-se a dimensão multiescalar entre áreas urbanas (Vainer, 2002; Brandão, 2007). É no espaço de vida de Courgeau (1988) e no campo social Bourdieu, (1997) onde agentes “ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (...) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos”.

A partir da definição teórico-conceitual de considerar as migrações internas no Brasil no século 21 de maneira transescalar, adotando a proposta de Brandão (2007) para a compreensão de território e desenvolvimento, a reversibilidade migratória (Domenach e Picouet, 1990) pode ser também reescalada a depender dos espaços urbanos em que se processa: desde espaços migratórios internos que transcende as migrações interestaduais – embora essas sejam as expressões nacionais/regionais do

que faz parte do global - até espaços locais/nacionais, que em outro grau ou indiretamente se tornam expressões sociais do global em diferentes escalas. “A escala é central e decisiva, material e politicamente, para estruturar processos” (Brandão, 2007 p. 210).

Ao buscar entender o que são os processos migratórios como configuração da migração, considero que a perspectiva de Tarrus (1996) pode nos aportar elementos acerca de territórios circulatorios; isto porque tais espaços são usados como recursos no percurso migratório seja ele interno ou internacional. Os percursos dos migrantes e os novos espaços da migração em sua complexidade demandam a formulação e revisão de conceitos (Simon, 2002). Considero, por um lado, que a análise de fluxos e estoques de migrantes internos podem desconsiderar a multiplicidade e formas das dinâmicas de deslocamentos de população, mas este é o desafio que teremos que enfrentar. Por outro lado, a dificuldade em classificar as migrações como temporárias ou permanentes e, mais que isto, a dificuldade em definir o lugar de residência de um indivíduo, pois este depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, que nem sempre coincide com o lugar de residência. Contudo, como analisa Cougeau (1988), dada a dificuldade de se estabelecer a fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração de longa permanência é recomendável compreendê-las simultaneamente, definindo a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades. Segundo o autor, o espaço de vida engloba não apenas lugares de passagem e de permanência mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona, mesmo de forma não presencial. Acredito que este seja um caminho teórico-conceitual importante para as explicações da migração no âmbito da construção social de seus espaços no século 21, tanto como entendimento dos processos mais amplos que ocorrem no âmbito global (Sassen, 2010), como para as manifestações do local que se definem nesses espaços da migração interna e suas vinculações com demais processos internos e internacionais.

Nesse sentido, tenho avançado para explicações acerca das dinâmicas migratórias internas no país que têm se aproximado cada vez mais de aportes teóricos das migrações internacionais, quer seja na vertente do tema das redes sociais (Massey et al, 1998), na vertente da demanda por trabalhadores, como indicado por Krissman (2005), quer seja no contexto das cidades globais (Sassen, 1988, 2010). As noções de campo migratório, por exemplo, para as migrações internacionais (Schaeffer, 2009) serve para comportar uma análise sobre o espaço estruturado pelos fluxos de migrantes de uma mesma origem, contemplando tanto lugares de partida, como de passagem e de instalação dos migrantes. Além disso, a indefinição na temporalidade dos movimentos migratórios – revelados pela rotatividade migratória - conduz a nos aproximarmos de conceitos antes estabelecidos para as migrações sazonais, articulada a uma circularidade que se diferencia da migração em si pela ausência de uma mudança permanente e por apresentar limite temporal determinado (Zelinsky, 1971; Skeldon, 1990).

As evidências empíricas acerca das migrações internas no Brasil conduzem a novos olhares para a interpretação dos movimentos migratórios e sua descrição, bem como impõe enorme desafios conceituais.

Em termos empíricos, o elemento que mais chama a atenção se refere à complementaridade migratória - como transferências de população do Nordeste para o Sudeste -, que parecia ter diminuído nos anos 80, volta a ser retomada nos 90, porém se redesenha nos 2000. O Nordeste registrava um total de 1,3 milhão de emigrantes para outras regiões, em 1986-1991, elevando-se para 1,8 milhão em 1995-2000; a partir dos anos 2000 diminui para o patamar de 1,3 mil emigrantes no período 2001-2006, e para 980 mil emigrantes entre 2003-2008, mas voltando a um milhão entre 2004-2009. Essas oscilações nos volumes da imigração e emigração entre o Nordeste e Sudeste parecem confirmar as enormes idas-e-vindas, o caráter reversibilidade dos movimentos migratórios internos de longa distância no Brasil.

Considerações Finais

As migrações no século 21 redefinem seus pólos, configurando mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência, como foi o caso do Sudeste nos últimos cinquenta anos. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos sobre a decisão de migrar, e num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na Região/Estado para a qual migrou em tempos passado.

Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste-São Paulo não deverão ser muito menores. Em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou do Nordeste - e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente a complexidade do entendimento das migrações internas na sociedade brasileira do século 21. Encontrar caminhos teórico-metodológicos para a nova leitura das migrações internas no Brasil, requer considerar que para a conceitualização de rotatividade migratória torna-se importante destacar que estamos diante de uma nova sociedade: reflexiva (Giddens, 1991), de risco (Beck, 1992), da tecnologia da informação (Castells, 1999). Assim, no caso da compreensão de espaços de “partida e chegada” tão difusos é imprescindível considerar a articulação de processos locais ao âmbito regional e global, que promovem “mecanismos de desencaixe” como efeito das relações entre o local e o global (Giddens, 1991), com reflexos nos processos de urbanização e nas migrações nos variados contextos regionais.

Por sua vez, as novas territorialidades e os espaços da migração aceleram seu processo de emergência na sociedade de riscos. Nesta, os riscos são compartilhados (Ojima, 2003) e, portanto, a rotatividade migratória – marcada por entradas e saídas - está imersa em um conjunto de “sistemas peritos” da sociedade (Giddens, 1991): desde a facilidade de transportes até a conformação de novos espaços da migração no âmbito local e regional. A intensificação de áreas com rotatividade migratória no país indica a fluidez da força de trabalho em espaços compartilhados da sociedade de risco. Esse parecer ser um caminho promissor para o aprofundamento das interpretações acerca do fenômeno migratório na contemporaneidade e os seus processos de configuração de espaços regionais.

Bibliografia

- BAENINGER, R. Fases e Faces das Migrações em São Paulo. NEPO/UNICAMP-FAPESP-CNPq, 2012.
- BECK, U. Autodissolução e auto-risco da sociedade industrial: o que isso significa? In: GIDDENS, A.; _____; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- BILSBORROW, R. E. (Org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.
- BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRIGGS JR, V. R.; The “albatross” of immigration reform: temporary worker policy in the United States. *International Migration Review*, v. 20, n. 4 (Special Issue: Temporary Worker Programs: Mechanisms, Conditions and Consequences), p. 995-1019, 1986
- BRITO, Fausto. As migrações internas na segunda metade do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2004

- BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, CGEE, n.22, jun.2006.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.
- CAIADO, A. S. C. Globalização, reestruturação e desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial – o caso de São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.10, n.2, 1996.
- CANO, W. Novas Determinações sobre a Questão Regional e Urbana após 1980. Texto para Discussão n. 193. Instituto de Economia/UNICAMP, julho de 2011.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.
- CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. Themes on circulation in the Third World. *Circulation in Third World countries*. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 1–26, 1985.
- COURGEAU, D. Migrants et migrations. **Population**, New York, n.1, 1973.
- COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. **Notas de Población**, Santiago de Chile, CELADE, n.50, 1990.
- CUNHA, J. M. Migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, CGEE, n.22, jun.2006.
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. **Las migraciones**. Tradução de Eduardo Bologna. Córdoba: Republica Argentina, 1996.
- _____. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Nota de Población**, Santiago do Chile, Ano XVIII, n.49, abr.1990.
- EBANKS, E. G. **Determinantes socioeconômicos de la migración interna**. Santiago de Chile: CELADE, 1993.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP 29**, São Paulo, mar.1991.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in Less Developed countries. *Journal of Labor Economics*, v. 4, n. 1, p. 134–149, 1986
- KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the “Migrant Network” fails to explain International Migration. *International Migration Review*, v. 39, n. 1, pp. 4-44, 2005.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre migrações. In: MOURA, H. M. (Coord.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980.
- LIMA, E.; BRAGA, F. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma tipologia dos padrões da mobilidade populacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2010, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2010.
- MATOS, C. Capital, población y territorio. In: SEMINÁRIO DISTRIBUCIÓN Y MOVILIDAD TERRITORIAL DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO HUMANO, 1994, Bariloche, Argentina. **Anais...** Bariloche: Fundación Bariloche/CENEP/PROLAP, maio/1994.
- MATOS, R. E. S. **Distribuição espacial da população de Minas Gerais e tendências de desconcentração nas áreas de influência de Belo Horizonte**. 1994. Tese (Doutorado) - CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte.
- MASSEY, Douglas; ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. *Worlds in motion: understanding International Migration at the end of the millennium*. Oxford: Oxford University Press, 1998

- OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SIMÕES, André Geraldo. Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2004
- PACHECO, C. A. e PATARRA, N. L. **Movimentos Migratórios nos Anos 80**: novos padrões? In: Encontro Nacional sobre Migração. Anais..., Curitiba, 1997.
- RIGOTTI, J. I. R. . Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 20, p. 237-254, 2006
- SASSEN, S. **The global city**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- _____. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. Sociologia da Globalização, Editora Artmed, 2010.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SAYAD, A. La Double absence: dès illusions de l'emigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seul, 1999.
- SKELDON, R. **Population Mobility in Developing Countries**. London; New York: Bedhaven Press, 1990.
- SPAAN, E. **Labour circulation and socioeconomic transformation. The case of East Java, Indonesia**. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute - Report n. 56, The Hague, 1999.
- STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989
- TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants". **Annales de la Recherche Urbana**. no,59-60, 1996
- ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, v. 61, n.2, p. 219 – 249, 1971.